

Inacessível cá, colonoscopia é rotina noutros países

A ARS de Lisboa e Vale do Tejo admitiu hoje a falta de capacidade de resposta para realizar colonoscopias, um problema que o ministro prometera resolver até ao final de 2013. Noutros países, o rastreio do cólon é gratuito há anos.

Mafalda Ganhão
ontem às 17:43

"Uma colonoscopia? As marcações foram abertas ontem e terminam na sexta-feira." Feito o telefonema hoje, esta foi a resposta obtida pelo Expresso junto de uma das entidades privadas com acordo com o Sistema Nacional de Saúde, o Hospital da Ordem Terceira, em Lisboa. Já na Clínica de Santo António, na Amadora, o exame também poderia ter sido marcador, mas só para abril."

Já em abril, o Expresso tinha noticiado que a marcação de colonoscopias ou ecografias podia demorar meio ano. Na altura, os médicos de família estavam a receber pedidos de ajuda. A situação foi denunciada há alguns meses, quando os utentes da Grande Lisboa se começaram a queixar por não conseguirem marcar colonoscopias, dificuldade a que Associação de Luta Contra o Cancro do Intestino (Europacol) deu eco. Sem possibilidade de marcar o exame nas entidades convenionadas - até há muito pouco tempo em vários locais só o poderiam fazer se aceitassem pagá-lo do seu bolso - a única opção implicava engrossar a longa lista de espera dos hospitais públicos.

Em novembro, o próprio ministro da Saúde admitiu o problema, que considerou "preocupante", prometendo uma resposta até ao final do ano. Em causa está o valor pago pelo Estado por cada exame, que as clínicas acusam de ser desfasado do seu custo real, diferendo que as levou a interromper a sua realização.

A administração regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT) admite a falta de capacidade de resposta na Grande Lisboa para realizar colonoscopias, tanto no setor público como no privado. Em declarações à agência Lusa, o presidente da ARS-LVT, Cunha Ribeiro, disse pretender ter, dentro de duas ou três semanas, uma estratégia definida para responder a essa dificuldade.

Política contra recurso aos privados

Cunha Ribeiro considera que as soluções a encontrar devem passar pela "maximização da capacidade instalada nos hospitais públicos" e pelo recurso a entidades sociais e privadas, uma vez que o setor público não conseguirá ser suficiente.

O caso hoje divulgado pelo "Diário de Notícias", de uma mulher de 60 anos que, apesar dos sinais da doença, esperou dois anos pelo exame, para lhe ver depois diagnosticado um tumor já inoperável, é por isso um exemplo extremo de um risco previamente identificado.

Para o presidente da Federação Nacional dos Prestadores de Cuidados de Saúde, este é um caso que "será apenas a ponta do iceberg", já que podem "aparecer muitos outros": "É o resultado de uma política que teve início em 2011 e que se traduz na ideia de que quem recorre à medicina privada são uns 'bandidos' e o Estado não lhes tem de lhe pagar", disse ao Expresso Henrique Soudo.

"Por isso os médicos de família foram proibidos de receitar medicamentos ou prescrever exames passados por médicos privados, e mais tarde os hospitais deixaram também de ter permissão para pedir exames às entidades convenionadas", acrescentou.

Uma realidade muito diferente

A realidade é muito diferente noutros países. Em alguns, o rastreio ao cancro do cólon e do reto é feito desde há vários anos, para todos os indivíduos acima dos 50 anos. Acontece assim nos EUA, desde a presidência de Bill Clinton, e na Alemanha, onde esta opção foi implantada há mais de dez anos.

Confirmam os dados - se dúvidas existissem - que esta se revela a decisão mais acertada. "Em 2011 a Alemanha registou menos 17 mil casos que o esperado", conta ao Expresso o professor Carlos Nobre Leitão. E particularmente nos EUA, "não há vergonha de admitir que o fazem por este ser um bom investimento", acrescenta o coordenador da Unidade de Gastroenterologia do Hospital dos Lusíadas, em Lisboa.

"Se em Portugal as políticas fossem decididas em termos de longo prazo e não em função do tempo de governação de cada ministro, a questão seria vista de outra maneira", conclui Vítor Neves, presidente da Europacol. "Em Portugal há cerca de 7000 novos casos de cancro de intestino por ano e, em média, morrem mais de dez pessoas por dia com a doença. Não será mais barato apostar na prevenção?", pergunta.